

REGRESSO ÀS ATIVIDADES RURAIS COMO ALTERNATIVA AOS JOVENS
GRADUADOS: ESTUDO DE CASOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO, RS.

Gilson Braz do Amaral¹

RESUMO

Atualmente vivenciamos uma tendência de migração de jovens do meio rural em direção ao meio urbano, isso devido aos mais diversos fatores. O presente trabalho busca discutir se a qualificação e especialização podem ser um fator motivador do retorno de alguns jovens às zonas rurais. Essa discussão foi feita a partir de entrevistas em estudos de casos e de referenciais teóricos que dizem respeito à agricultura, ao êxodo dos jovens, à qualificação e à forma de gestão da propriedade rural. A partir do trabalho foi possível perceber a influência positiva que todas as áreas de graduação superior exerceram sobre a forma de gerenciar as atividades da propriedade rural e, portanto, sua influência na satisfação do produtor rural enquanto responsável da gestão das atividades desenvolvidas. Esse, munido de conhecimento e com uma visão de gestão mais crítica, permanece no meio rural com melhores expectativas.

Palavras Chave: agricultura familiar, êxodo rural, jovem, graduação superior

ABSTRACT

Currently we experience a youth trend of migration from rural areas into the urban environment, it due to various factors. This paper discusses the skills and expertise can be a motivating factor in the return of some young people to rural areas. The discussion was made by interviews in case studies and theoretical frameworks that relate to agriculture, the exodus of young people, the qualification and the type of management of rural property. From the study, it was possible to realize the positive influence all areas of higher graduation exercised on how to manage the activities of the farm and therefore its influence on satisfaction of farmers as responsible management of activities. This armed with knowledge and with a view of more critical management remains in rural areas with better expectations.

Key words: family farming, exodus, young, higher graduation.

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS), bacharel em Ciências Econômicas. E-mail: gilsonbrazamaral@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Estudos recentes possibilitam diagnosticar uma grande tendência à migração de jovens do meio rural para a cidade. Tais afirmações se concretizam com a interpretação de dados sócio demográficos disponibilizados por entidades de pesquisa como o IBGE (2010). Essa intensa modificação da situação da população no meio rural acaba por preocupar a manutenção das atividades da agricultura familiar, assim como a sua continuidade. Além de promover consequências demográficas e sociais nas áreas urbanas

É necessário examinar os fatores motivacionais à fuga do meio rural e quais os caminhos possíveis de manter ou fazer a população retornar para esse espaço. Isso pois, considerando-se os vários efeitos sociais gerados a partir do êxodo do meio rural (em especial os efeitos que tal dinâmica gera sobre o próprio meio rural), fica evidente a necessidade de esquadrihar ações e políticas que visem à motivação a um possível retorno e uma manutenção da permanência da população nas atividades rurais. Esse entendimento mais claro dos efeitos gerados pelo êxodo rural, juntamente com resultados provenientes de aprimoramentos tecnológicos e sociais, permitem a adoção estratégica de políticas mais harmônicas com a realidade vivenciada pela população campesina.

Existem muitos estudos específicos ao setor agropecuário sendo elaborados. Muitos destes são estudos com vieses técnicos, que enfocam, em sua maioria, a aplicação de produção com ganhos de escala em grandes propriedades rurais, conforme ressalta Abramovay et al. (1998). Os mesmos acabam (justamente devido ao seu foco) não ponderando a possível relevância dos resultados econômicos que a agricultura familiar vem oferecendo, não somente no âmbito de produção, mas no âmbito dos desdobramentos sociais como o emprego, a renda e a qualidade de vida. Mesmo com a oferta de pesquisas amplas e muito bem fundamentadas no desenvolvimento técnico (que são indubitavelmente necessárias), se fazem necessárias pesquisas qualitativas com viés ao pleno conhecimento da agricultura familiar também em seu aspecto social e que contemplem seus efeitos globais, pois a mesma pode também ser empregada como uma ferramenta de desenvolvimento social e econômico.

Com a pesquisa proposta, em um primeiro momento foi possível identificar alguns anseios dos produtores rurais familiares enquanto jovens que retornaram ao meio rural e graduados em ensino superior. Após a formação de um perfil dos entrevistados foi possível obter o relato das expectativas que os mesmos tiveram em relação à sua reinserção no meio rural junto de suas famílias, além das motivações que os incentivaram e ainda os incentivam a permanecer atualmente nessas atividades. Além disso, foram questionadas suas visões sobre o

futuro no meio rural e as expectativas que têm para os seus herdeiros. Em um segundo momento outro aspecto observado foi em relação às suas formações e o quanto elas contribuem para seus níveis de satisfação, sendo que partimos do conceito de conhecimento como fornecedor de liberdades, não limitando-nos somente à aplicabilidade de conhecimentos específicos das áreas das suas formações, mas sim à todos os aspectos preeminentes que o conhecimento pode agregar.

2 AGRICULTURA FAMILIAR, OS JOVENS RURAIS E A SOCIEDADE

Linhas de estudo em vários meios didáticos destacam que a família é base da mão de obra agrícola nas nações. Independentemente das diversas formações sociais, econômicas e culturais, em qualquer país que realiza trocas gerenciadas pelo mercado, a produção agrícola é sempre, mais ou menos intensamente, sustentada pela exploração de mão de obra familiar. A Agricultura Familiar é vislumbrada como meio impulsor do desenvolvimento agrário em alguns países. No entanto, no mundo existem nações nas quais tal formato de organização da produção rural ainda mantém aspectos puramente de subsistência (LAMARCHE, 1993).

A título de esclarecimento, Gasson e Errington (1993) destacam seis aspectos básicos que visam delinear características da Agricultura Familiar em um contexto generalista:

- a) a gestão é feita pelos proprietários;
- b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- c) o trabalho é feito fundamentalmente por mão de obra familiar;
- d) o capital pertence à família;
- e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência entre gerações da família e
- f) os membros da família vivem na unidade produtiva.

Existem autores (as) como LAMARCHE (1993), ABRAMOVAY (1997), WANDERLEY (2000), CARNEIRO (1998, 2007), VEIGA (1991), SILVA (2003), entre outros, que fazem referência à necessidade de uma caracterização mais abrangente e global da Agricultura Familiar, o que lhe aporta uma definição mais do que simplesmente positivista. Tal caracterização distingue da noção de Agricultura Familiar sendo tão somente sinônimo de “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, ou ainda “agricultura de subsistência”.

Conforme Wanderley (1996), o termo Agricultura Familiar não é uma categoria social recente, nem mesmo os estudos a ela dirigidos são somente dos dias de hoje. No entanto, no Brasil, o significado e a aplicação do termo têm assumido aspectos de novidade e renovação, sendo essa abordagem um tanto quanto equivocada devido à mesma englobar em seu contexto

as diversas formas de atividades já há muito desenvolvidas e advindas originalmente do campesinato.

O que essa nova definição de Agricultura Familiar defende é que termos como pequena produção, de baixa renda ou de subsistência, são características verdadeiramente comuns na maioria das unidades rurais englobadas pelo termo Familiar. Porém, esse fato direciona a um julgamento prévio e de certa forma injusto sobre o desenvolvimento econômico que estas unidades de trabalho poderiam apresentar a partir de uma exploração mais refinada de seus meios de produção (ABRAMOVAY, 1997).

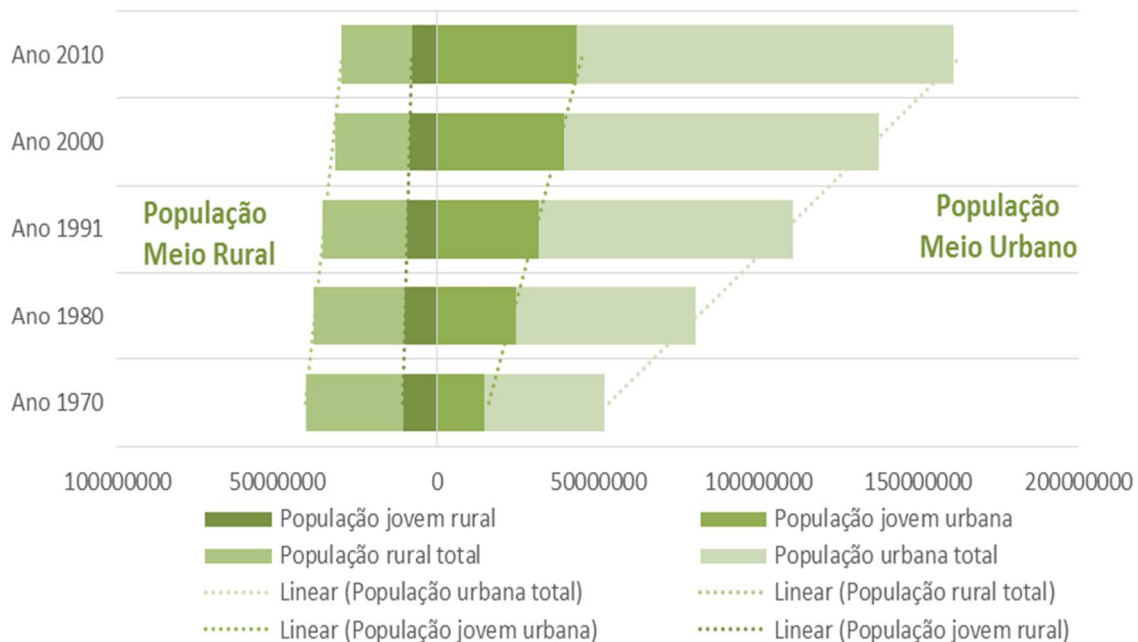
Mesmo com definições específicas, em especial no tocante da organização da produção, Lamarche (1993, p. 14) alega que “a agricultura familiar não é somente um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”. Conforme a mesma fonte, estando definida somente em algumas especificidades, o termo Agricultura Familiar torna-se essencialmente genérico, pois a combinação entre a propriedade e o trabalho na agricultura em regime familiar assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de resultados econômicos e também sociais. Podem-se ser encontrados desde agricultores familiares com padrões de vida satisfatórios, até aqueles que com muita dificuldade somente cultivam aquilo que necessitam à própria vida.

Sendo assim, no que tange aos aspectos econômicos e sociais, é imprescindível destacar as relações entre os diversos personagens que compõem a Agricultura Familiar, indo além de perspectivas de tempo e espaço. Entre esses personagens, se faz objeto desse estudo o grupo dos jovens e entre estes, alguns casos que estão em uma condição que vai contra a atual corrente migratória rural/urbano. Ou seja, os jovens que permaneceram no meio rural em pequenas propriedades.

Ao demonstrar as relações dos Jovens com a Agricultura Familiar, é indispensável falar sobre êxodo rural. Esse evento ocorre com maior ou menor intensidade em diferentes grupos etários e até mesmo conforme o gênero. Segundo Stoffel (2013) crianças, jovens, mulheres, homens, idosos têm expectativas e condutas diferenciadas em relação ao que tange o entendimento sobre condições de vida e decisões de permanência no meio rural. Por esse motivo, os estudos relacionados à esse tema acabam sofrendo uma grande influência dos interesses pessoais, o que dificulta a mensuração das aspirações em um contexto mais generalista.

No tocante a situação da presença do jovem no meio rural, o gráfico a seguir ajuda a ilustrar a condição dos jovens conforme domicílio no Brasil no período de 1970 a 2010.

Gráfico 1: População Jovem* e população total residentes - Brasil



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

*Consideram-se jovens a população entre 15 e 29 anos (conforme OIJ).

O Gráfico 1 demonstra a forte tendência de aumento dos jovens em perímetros urbanos e de diminuição de jovens no meio rural, que vem se seguindo desde 1970. Também é possível perceber que essa tendência está consoante à dinâmica da população brasileira de uma forma geral. Quanto aos jovens, a decisão de deixar o meio rural está ligada à fatores com falta de unanimidade de opinião no meio acadêmico, porém têm-se diversos estudos que buscam dar um viés mais esclarecedor a esse debate. Segundo Stropassolas (2006), os jovens necessitam ser entendidos, ouvidos e reconhecidos, necessitando a sociedade buscar essa concomitância, para então reger práticas que deem expectativas para o futuro no campo, em especial na agricultura familiar,

A migração dos jovens aparece como um símbolo da necessidade de redefinições e questionamentos no espaço rural e principalmente na agricultura familiar. Segundo Carneiro (1998) a partir dessa migração, a sociedade rural acaba se modificando além dos fatores econômicos e sociais, partindo para alterações no permeio dos valores culturais. O fenômeno ocorre porque os jovens efetivamente se relacionarem com os dois mundos, o urbano e o rural.

Dessa forma, no difícil paradoxo de decidir sua permanência ou não no campo, o jovem rural acaba se tornando um ator multifacetário. Trata-se de um indivíduo com dificuldades em ligar as relações movidas por tradições familiares que alimentam uma continuidade das

atividades rurais ou alternativas que promovam a ruptura com o mundo rural, movendo-o para áreas urbanas (CARNEIRO, CASTRO, 2007).

Estudos efetuados por Stoffel (2013), apontam que as necessidades de consumo de quem vive no campo são similares às de quem vive no meio urbano, isso em grande parte explicado pelo acesso à informação de um contexto mundial mais globalizado. Essa prerrogativa converge na ideia de o jovem rural também estar deixando o meio agrícola em busca de qualificação, o que lhe atribui características de mão de obra equivalente à do jovem urbano. Ou seja, o jovem rural abre uma janela de oportunidades também no meio urbano, devido à sua qualificação profissional.

3 O CONHECIMENTO E O SETOR AGROPECUÁRIO

Conforme Abramovay et al. (2003), a qualificação da mão de obra está intimamente ligada ao termo educação, ao ponto de poder ser a primeira resultante da segunda, ou seja, pode-se aplicar o termo global “educação da mão de obra” no lugar de “qualificação de mão da obra” sem um comprometimento profundo de interpretação contextual. O autor ainda complementa o debate salientando que, na discussão atual sobre a educação, parece existir um consenso básico de que ela pode colaborar de forma muito significativa para a construção de uma maior equidade social, sobretudo no contexto atual de crescimento econômico, onde ainda existem muitas desigualdades econômicas que acabam impactando a população jovem.

Enquanto atividade econômica, o setor agropecuário está associado à um plano global de dinâmicas onde uma infinidade de fatores condiciona os resultados, como a rentabilidade e a produtividade. Dentre esses condicionantes podem-se citar os de natureza física e biológica, assim como os de natureza institucional ou das relações humanas. Segundo Graziano da Silva (1993), os fatores de natureza humana são influenciadores diretos na gestão dos demais fatores (enquanto passíveis de controle). Um fator humano munido de qualificação executa a gestão dos trabalhos de forma mais eficaz e produtiva, aplicando da forma mais diligente possível as mais diversas técnicas e aprimoramentos.

Nesse contexto, vemos que agricultura brasileira vem crescendo impulsionada especialmente pelos aumentos das produtividades da mão de obra, do capital e da terra. Conforme estudos e levantamento de dados, os ganhos de produtividade desses três elementos têm sido muito significativos. É notório que o Brasil ainda possuía fronteiras agrícolas a serem rompidas, contando ainda com a possibilidade de expansão de áreas cultiváveis. Todavia, no

período 1975 a 2007, cerca de 90% do crescimento do produto da agropecuária pode ser atribuído ao aumento da produtividade (GASQUES; BASTOS; BACCHI, 2008).

A partir das últimas décadas houveram grandes mudanças dos modelos de uso da tecnologia e do trabalho no meio rural, que acabam por considerar o nível de produtividade como referência para qualificar o status de moderno no meio rural. Tal mudança introduz a produtividade como objetivo da propriedade rural e altera fortemente a identidade profissional e sociocultural do produtor. Nesse novo contexto, a referência usada é a do empresário, para o qual produtividade é sinônimo de lucratividade. Como consequência dessa mudança de modelos, o campo acaba, de certa forma, perdendo autonomia e necessitando buscar apropriação externa de tecnologia, energia, técnicas, recursos, equipamentos, insumos, mercados e até mesmo trabalho (GEHLEN, 2006).

Essa conjuntura, com aspectos altamente demandantes de tecnologia, é mais facilmente observado na produção de larga escala latifundiária. Porém, não significa que a agricultura familiar não possa se utilizar de tais avanços para agregar mais renda à sua propriedade. Tomando como base a ideia de que a produção é o objetivo fim da propriedade rural, quaisquer aprimoramentos que venham a contribuir com a diminuição de custos e ganhos de produção, devem ser levadas em conta no momento de tomada de uma decisão qualificada sobre os investimentos.

Segundo Jean (1994), no trabalho agropecuário além do tempo de ocupação, há a necessidade de uma qualificação para produzir. O autor pondera que a modernidade no mundo operário exige uma qualificação técnica mais específica e restrita, o que difere do mundo agropecuário, que necessita uma qualificação mais ampla e abrangente. Isso se justifica, em parte, no fato de que o produtor rural trabalha com várias etapas do processo de cultivo dos seus produtos.

Para ser eficiente no meio rural moderno, o produtor rural deve se desapropriar do conhecimento tácito e tomar para si um “novo saber”, ou seja, necessita profissionalizar-se. Essa é uma grande mudança, a qual promove consequências rápidas e por vezes violentas ao produtor rural. As implicações sobre o produtor afetam diretamente a dinâmica das relações econômicas, socioculturais e ambientais (GEHLEN, 2006).

No contexto de globalização e modernização, o desempenho profissional do agricultor depende em grande parte da sua capacidade de adquirir qualificação técnica, esta exigida pela própria atividade agropecuária, que é cada vez mais complexa. Essa capacidade de adquirir competência também está ligada a capacidade de ocupar espaços não agrícolas no meio rural, ou seja, os agricultores necessitam se tornar pluriativos (WANDERLEY, 2000). Atualmente

vemos que além dos cálculos sobre o planejamento da apropriação da propriedade e a forma de produzir, o agricultor ainda necessita exercer a polivalência quanto à sua funcionalidade atribuída. Nas condições modernas de produção são necessários ao agricultor conhecimentos culturais, pedológicos, veterinários, genéticos, administrativos, comerciais, mecânicos e sem sombra de dúvidas, informáticos, entre tantos outros.

O agricultor deve entender que para conseguir usufruir das novas oportunidades de renda oferecidas para o meio rural, terá de modificar a atual realidade de qualificação que vigora sobre os responsáveis pelo estabelecimento e seus prováveis sucessores, buscando atender as exigências profissionais. Se for possível melhorar a qualificação da nova geração de agricultores, a reorganização da produção familiar para sua inserção nas novas oportunidades de mercado, certamente ficará facilitada. A qualificação não apenas amplia os conhecimentos básicos de leitura e escrita, de operações que envolvam cálculos, mas também motiva atitudes como confiar nos resultados de uma efetiva organização e na importância que têm as inovações (DIRVEN, 2000).

Então, para ter ingresso no futuro a mercados mais promissores, os agricultores precisam pactuar as competências e conhecimentos herdados das gerações anteriores com conhecimentos e práticas mais contemporâneos. A questão da qualificação tende a ser um dos fatores determinantes da inclusão ou dos agricultores nas novas atividades que se apresentam para o espaço rural (ABRAMOVAY et al., 2003).

Ainda na abordagem sobre o conhecimento Amartya Sen (2000), em sua teoria sobre a liberdade substantiva em uma abordagem sobre capacitações (*capabilities*), explica analogicamente que a riqueza só tem valor ao ser humano devido às possibilidades que lhe traz. O mesmo vale para o conhecimento. Ou seja, a capacitação traz ao agente que lhe possui, a condição de liberdade de decisão. Com capacitação o agente não fica condicionado ao meio que lhe é imposto, mas pode, a partir do seu conhecimento, modificar esse meio ou simplesmente, optar por deixá-lo e ir ao encontro de outro que lhe atenda as expectativas. O autor utiliza-se de um exemplo bem didático, no qual supõe duas pessoas distintas que não se alimentam de carne. A primeira (abastada) não se alimenta de carne, pois é vegetariana, a segunda (muito pobre) não se alimenta de carne, pois jamais a teve para o consumo. Na metáfora, o que difere as duas pessoas é que uma não se alimenta por escolha própria, já a outra porque não conhece o que escolher. Em tese, por não comerem carne, ambas estariam na mesma situação, porém é visto que não estão. De forma similar é a ação do conhecimento sobre o indivíduo, pois lhe fornece opções por meio da sabedoria e conseqüentemente a liberdade de decidir.

4 METODOLOGIA

O trabalho se ateve a uma pesquisa aplicada. A forma de abordagem da pesquisa é híbrida, pois a mesma irá ser elucidada de forma quantitativa e qualitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisa tem aspectos exploratórios, descritivos e explicativos, pois vislumbra explorar uma área de certa forma pouco estudada, ou que é ainda pouco recorrente em meio à uma tendência global. O estudo sobre o retorno da população jovem ao meio rural é descrito por meio de um estudo de casos, em busca de explicar os principais fatores motivadores ao acontecimento desse tipo de evento.

No que tange a classificação da pesquisa quanto aos procedimentos, a presente pesquisa se utiliza da pesquisa bibliográfica e estudo de caso. O trabalho foi elaborado a partir do método dedutivo, sendo este, conforme Santos (2005), o método que parte da situação geral para explicar as particularidades e então chegar a conclusão afirmativa. Nesse sentido, buscou-se levantar hipóteses que justificassem a decisão dos entrevistados de retornar ao meio rural após concluírem a graduação superior.

No estudo de casos do presente trabalho foram entrevistados um grupo de indivíduos escolhidos por conveniência do autor. Como não sendo uma tendência demográfica, o autor buscou encontrar por conhecimento próprio indivíduos que estariam indo em direção contrária ao atual cenário demográfico do meio rural, sendo eles apenas representantes de um grupo que respeita os seguintes pré-requisitos:

- Possuem formação no ensino superior (em qualquer área);
- Estão vivendo no meio rural;
- A atividade que praticam no meio rural é na modalidade de produção familiar;
- Quando jovens deixaram o meio rural

Por se tratar de um estudo de casos, o presente trabalho se limita aos quatro casos estudados, pois este não qualifica uma amostra considerável dentro de um cálculo probabilístico, que venha a demonstrar uma possível caracterização geral em torno do tema em estudo. Ao mesmo tempo, é um trabalho de muita importância, pois contribui para a ampliação do conhecimento sobre um tema de grande significância no cenário agropecuário nacional, sendo possível a partir deste que se elaborem estudos mais aprofundados sobre as aspirações dos jovens rurais.

Com o objetivo de não expor a identidade dos quatro produtores entrevistados, foram dados a cada produtor uma identidade com fins acadêmicos, sendo que os quatro produtores

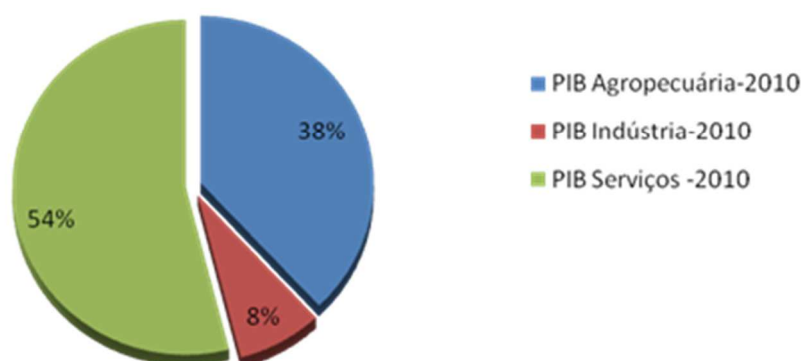
estão divididos e representados pelas quatro letras alfabéticas A, B, C e D. As entrevistas estão arquivadas para fins de confirmação de idoneidade de informações.

O estudo de casos foi efetuado no município de São Martinho, no estado do Rio Grande do Sul, pois o mesmo apresenta características muito comuns à municípios localizados em regiões rurais e distantes das áreas mais industrializadas.

5 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL

No município estudado, foi possível identificar a grande importância que o setor agropecuário representa para as contas públicas. O Gráfico 2 representa a composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de São Martinho, dividido por setores.

Gráfico 2: Composição PIB de São Martinho (IBGE, 2010)



Fonte: IBGE, 2010.

O setor agropecuário é respeitável, correspondendo a 38% do PIB municipal. Nota-se que esse setor é um grande demandante de serviços, para diversos fins (manutenção de equipamentos, serviços de mapeamento agrônômicos, colheita e plantio, aplicação de insumos, crédito bancário, entre outros), o que faz com que a prestação de serviços seja muito influenciada pelo setor agropecuário em sua grande expressividade local (54% do PIB). O setor industrial é pouco expressivo e também pouco desenvolvido.

Como anteriormente citado, o município de São Martinho apresenta algumas características possíveis de demonstrar o quão importante é a agricultura familiar para a economia local. Para tal temos a seguinte Tabela 1.

Tabela 1: Agricultura familiar, área e número de estabelecimentos – São Martinho.

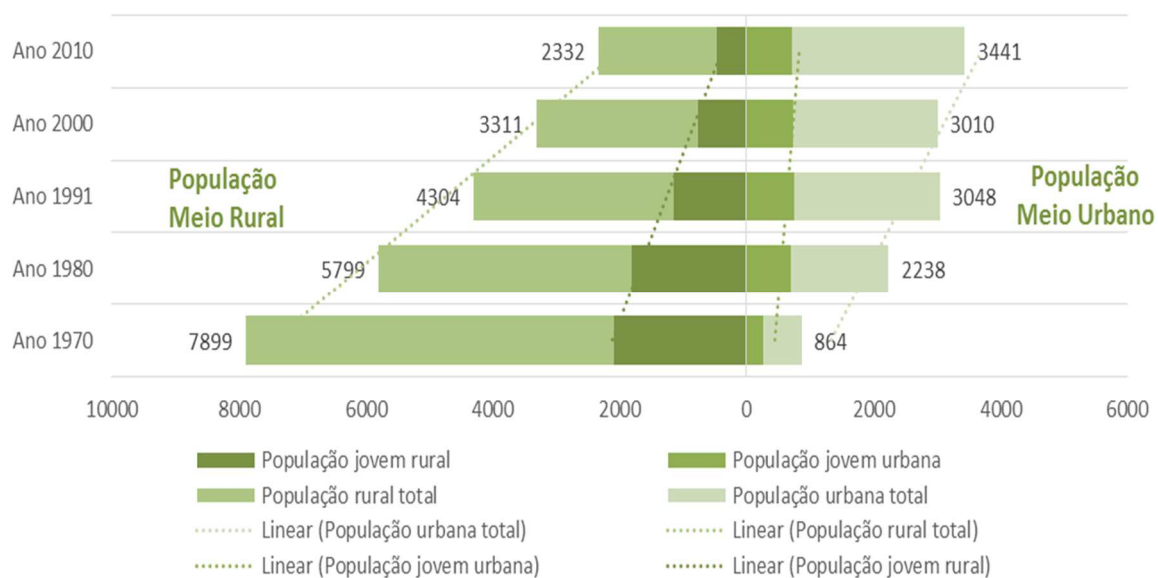
	Área agrícola (ha)	Número de estabelecimentos	Tamanho médio do estabelecimento (ha)
<i>Total</i>	14969	967	15,5
<i>Agricultura não familiar</i>	2987	65	46,0
<i>Agricultura familiar</i>	11982	902	13,3

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2006.

Podemos ver na tabela que o número de estabelecimentos declarados como de agricultura familiar é muito superior à quantidade de estabelecimentos de outros grupos (902 estabelecimentos familiares contra 65 não familiares). Isso demonstra que há uma considerável distribuição do fator de produção terra localmente, sendo que 93% dos estabelecimentos locais pertencem à agricultura familiar e detêm 80% da área cultivável, com uma média de 13,3 hectares por estabelecimento. Também segundo o Censo Agropecuário (2006), o município possui cerca de 2.329 pessoas ocupadas na agricultura familiar, o que representava nesse período aproximadamente 40% da população local.

No que se refere ao aspecto migratório, o Gráfico 3 a seguir procura demonstrar a situação domiciliar dos jovens no município de São Martinho.

Gráfico 3: População Jovem* Conforme Domicílio - São Martinho



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

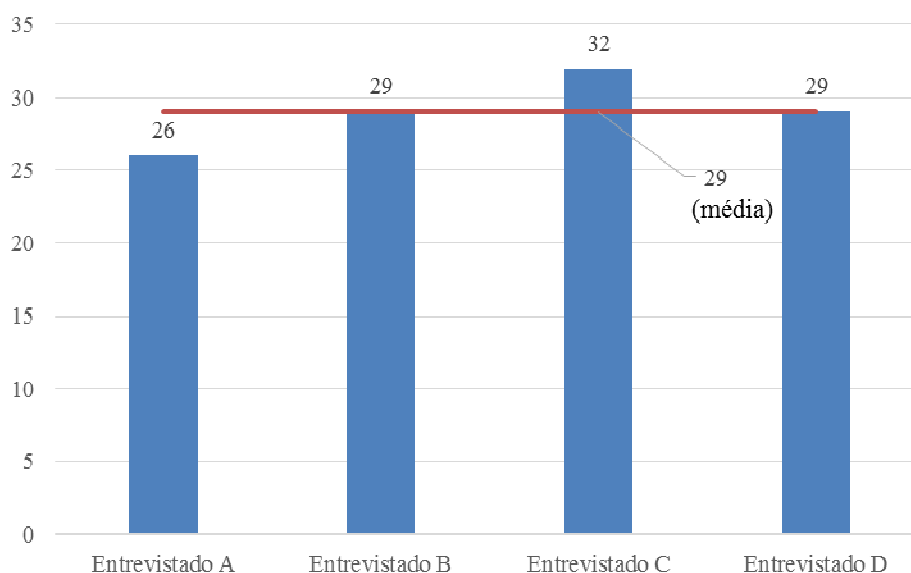
*Consideram-se jovens a população entre 15 e 29 anos (OIJ).

A partir do Gráfico 3 é possível identificar que no município de São Martinho ocorreu uma mesma tendência observada no âmbito nacional. É perceptível a grande diminuição do número de jovens residentes no meio rural (redução de -343% de 1970 até 2010), em contrapartida, um aumento do número de jovens no meio urbano (um incremento de 64% de 1970 até 2010). Na realidade visualizada em loco no município foi possível identificar que a população urbana, corroborado pelo último censo (IBGE, 2010), também demonstrou uma redução. Isso é possivelmente justificado pelas reduções do índice de natalidade e pelo grande número de jovens tanto urbanos quanto rurais que deixaram o município em busca de centros maiores.

6 RESULTADOS

Em um primeiro momento o questionário busca elucidar o perfil dos produtores entrevistados, com a finalidade de dar maior entendimento do perfil dos produtores. Foram questionadas aos entrevistados suas respectivas idades. O Gráfico 4 a seguir representa as idades deparadas junto aos produtores.

Gráfico 3: Idade média das amostras estudadas - São Martinho, RS.



Fonte: Elaborada pelo autor

O gráfico demonstra as respectivas idades dos entrevistados A, B, C e D, além de demonstrar a idade média dos mesmos, a qual se estabeleceu como 29 anos de idade. É

importante ressaltar que todos esses produtores deixaram o meio rural enquanto jovens, e retornaram ainda nessa condição, estando somente o entrevistado C hoje acima da faixa que compreende à nomenclatura “Jovem” segundo a OIJ (Organização Ibero-Americana da Juventude).

No tocante à qualificação, todos os casos estudados estavam em acordo com a temática do trabalho, tendo os produtores A, B, C e D curso de graduação superior. Com relação à área formação acadêmica, o entrevistado A possui formação de Bacharel em Economia, o entrevistado B possui formação em Licenciatura em História, o entrevistado D possui formação de Bacharel em Agronomia além de possuir uma pós-graduação na mesma área. Já o entrevistado C possui formação de Bacharel em Administração. É válido ressaltar que a maioria dos entrevistados possuem formação que lhes fornece um subsídio intelectual muito associado à atividade de gestão do setor agropecuário.

Quanto ao matrimônio, somente o entrevistado A não possui laços de matrimônio formalmente estabelecidos (ressalva-se que é o mais jovem, com 26 anos), os demais entrevistados estão todos formalmente casados. Também é o entrevistado A o único que não possui filhos, sendo que os demais apresentam, respectivamente, B um filho, C dois filhos e D dois filhos. Quanto ao número de moradores que dividiam o domicílio, obtivemos: entrevistado A três pessoas, B sete pessoas, C sete pessoas e D seis pessoas.

Questionou-se a todos os entrevistados se haviam exercido alguma atividade profissional no período em que fizeram a graduação e se haviam deixaram a o meio rural indo residir na cidade. A resposta quanto a essa questão foi unânime, sendo que todos em média, trabalharam 3 anos e 3 meses no meio urbano. O entrevistado A trabalhou no setor bancário como estagiário; o entrevistado B no comércio de materiais de construção; o entrevistado C trabalhou no setor público e também empreendeu no comércio de eletrônicos e; o entrevistado D trabalhou no setor de serviços. A partir daí, percebe-se que os jovens além da qualificação, buscaram experiência profissional.

Foi perguntado aos entrevistados uma efetuassem uma valoração de interesses quanto a assuntos das mídias, isso com o viés de entender quais os temas de maior relevância para os entrevistados. O questionário foi feito de forma que o valor 1 significaria mais importante e o valor 6 o menos importante, o resultado se deu conforme a Tabela 5 a seguir.

Tabela 1: valoração de importância conforme assunto na mídia:

Importância conforme o tema				
Nível de Importância	Entrevistado			
	A	B	C	D
1	Economia	Economia	Economia	Economia
2	Tecnologia	Esportes	Noticias	Noticias
3	Noticias	Noticias	Tecnologia	Tecnologia
4	Esportes	Lazer	Lazer	Lazer
5	Moda	Tecnologia	Moda	Esportes
6	Lazer	Moda	Esportes	Moda

Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível, a partir do questionário, verificar que o tema Economia em todos os casos se colocou como tema mais importante. Os temas Notícias e Tecnologia revezaram-se entre si como temas seguintes aos quais os produtores mais se interessam. Os temas Moda e Esportes tiveram uma valoração bem disforme como sendo de menor importância aos entrevistados. Com relação ao tema Lazer, em três dos quatro casos estudados, permaneceu como um interesse intermediário.

Em todos os casos estudados, o produtor executa as atividades de administrador e operador, ou seja, executa as tarefas cotidianas da propriedade e também elabora o planejamento e tomada de decisões dessas atividades, juntamente aos seus controles e comercialização. Uma questão que tem grande valor na entrevista feita foi referente à renda da propriedade, conforme atividades desenvolvidas, para tal, a Tabela 6 melhor representará os resultados.

Tabela 2: Receita por entrevistado conforme atividade

Receita por entrevistado				
Atividade	Valor da Produção (ultimo ano)			
	A	B	C	D
Cultivo de Milho	R\$ -	R\$ 5.264,00	R\$ 3.080,00	R\$ -
Cultivo de Soja	R\$ 167.400,00	R\$ 28.566,00	R\$ 13.716,00	R\$ 148.500,00
Cultivo de Trigo	R\$ 72.675,00	R\$ 17.955,00	R\$ 7.695,00	R\$ 74.100,00
Suinocultura	R\$ -	R\$ 563.350,00	R\$ -	R\$ -
Produção leiteira	R\$ 209.123,50	R\$ -	R\$ 314.640,00	R\$ 158.004,00
Receita mensal líquida	R\$ 7.486,64	R\$ 10.252,25	R\$ 5.652,18	R\$ 6.343,40

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da tabela supracitada, é possível ter uma breve demonstração da renda que tais produtores obtêm da sua diversificação de atividades. É válido ressaltar que (assim como todos os demais dados) o valor demonstrado pela receita mensal líquida é o valor obtido a partir das informações repassadas pelos próprios entrevistados, os quais segundo suas planilhas de controle calculam em média 80% de custo sobre suas atividades. Com uma renda familiar líquida média mensal de aproximadamente 7,5 mil reais entre os entrevistados, se faz perceptível que se trata de uma renda acima da média nacional. No entanto, é importante ressaltar que o produtor rural está sujeito à diversos riscos relacionados ao meio ambiente que vão além do seu controle, além de estarem vulneráveis à uma constante flutuação dos preços de mercado dos produtos agropecuários, ou seja, custos nem sempre bem mensurados.

Para fins de poder esclarecer melhor a formação de renda, foi questionado aos produtores entrevistados quais são as medidas de seus imóveis rurais. O entrevistado A possui 21 hectares de terra, o entrevistado B 20 hectares, o entrevistado C 18 hectares e o entrevistado D 15 hectares. Sobre as terras é importante salientar que todos trabalham com seus pais e inclusive irmãos (já contabilizados no número de moradores do domicílio), sendo que boa parte das terras ainda é de seis pais. Nota-se que todos estão enquadrados dentro das condições e características que o Governo Federal delimita para definir Agricultura Familiar, correspondendo uma área inferior a quatro módulos fiscais.

Foi possível identificar que os produtores rurais, mesmo com pequenas propriedades são adeptos às culturas tradicionais de commodities como a soja, o milho e o trigo. Para esse cultivo, os produtores A e D arrendam aproximadamente 25 hectares de terra cada um de vizinhos aposentados. Já os produtores B e C trabalham somente em terras próprias. Se faz imprescindível notar que há uma produção híbrida nas propriedades entre alguma cultura intensiva em mão de obra e uma cultura que demanda menos trabalho. No grupo de entrevistados estudados, isso ficou perceptível a partir da união entre o cultivo de grãos (commodities) e a pecuária leiteira ou suinocultura. Isso, segundo os entrevistados é devido à escassez de mão de obra para os trabalhos, o que exige equalizar o melhor possível a produção.

As entrevistas foram compostas por um questionário de perfil e posteriormente um questionário que mensurasse as razões de os entrevistados terem voltado ao meio rural, qual seu sentimento anterior à busca de qualificação enquanto jovem rural, entre outras respostas. Foram feitas as seguintes perguntas aos entrevistados:

1. Em sua análise, quais os motivos que inicialmente lhe levaram a sair da área agrícola?
2. Em sua análise, quais os motivos que lhe levaram a retornar à área rural?

3. Após o retorno para o meio rural, você conseguiu aplicar conhecimentos adquiridos? Se conseguiu, de que forma o fez?
4. Quando você retornou para a agricultura sucedeu aos seus pais ou iniciou nova atividade?
5. Considera sua propriedade um exemplo para outros produtores? Por quê?
6. Você vê futuro na agricultura para seus filhos? Por quê?
7. Qual seu principal objetivo e destino da renda vinda da agricultura?
8. Para a agricultura não “perder” jovens que ainda vivem no meio e promover o retorno dos que saíram, qual a sua sugestão?
9. Em relação à renda que você obtém nas atividades agropecuárias, qual sua opinião em relação a elas? A considera satisfatória?

A partir dessas perguntas, conseguiu-se chegar à um raciocínio aproximado comum sobre as questões feitas. Foi possível identificar uma grande honestidade dos entrevistados quanto às suas respostas, os quais deixaram transparecer o seu sentimento real sobre a questão do jovem rural, além de sua situação atual no contexto rural.

As questões buscaram em um primeiro momento identificar o perfil atual dos entrevistados e, posteriormente, avaliar o seu ponto de vista com respeito à sua saída do meio rural e porvindo retorno. Também se buscou identificar as expectativas que os entrevistados possuem com relação ao tema, inclusive buscando transparecer o que imaginam e planejam para seus filhos, no sentido de sua permanência ou não no campo. A renda também foi um fator presente questionário, pois era necessário subtrair do entrevistado o seu nível de satisfação nesse tema e se era um fator determinante.

Primeiramente, foi possível identificar que os entrevistados deixaram o meio rural por alguns fatores comuns, fatores estes como a falta de estabilidade nas atividades econômicas do meio rural, a penosidade do trabalho, a falta de expectativa sobre oportunidades no meio rural (na época), além da pretensão de experimentar outras experiências, na condição de jovem. Na maioria dos casos, são fatores muito associados a um período pontual vivido pelos entrevistados, já que nos dias atuais, concebem o meio rural a partir de outra visão.

Na busca por suprir suas expectativas, enquanto jovens, todos os entrevistados migraram para a cidade buscando as oportunidades profissionais que não visualizavam no meio rural. Também foram qualificar-se, em um movimento que - como já mencionado anteriormente - procura a partir da qualificação multiplicar suas oportunidades em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Quanto ao retorno para o meio rural, todos os entrevistados afirmaram estar sucedendo seus pais, sendo que inclusive a maior parte das terras que usufruíam ainda era pertencente a eles. Afirmaram, no entanto, que estavam encaminhando documentações para tentativa de conseguir financiar terras próprias. Deram certa ênfase à dificuldade que tiveram e ainda têm nas tomadas de decisão em âmbito familiar, sendo necessária muita persistência para implementar novas ideias.

Houve certo consenso de que o momento econômico propiciava o retorno dos entrevistados. Porém, mais importante que os fatores de mercado, foi a sua nova visão sobre fatores econômicos e sobre gestão, dada a partir de uma visão crítica obtida a partir da graduação. Essa nova concepção os motivou a identificar oportunidades para eles no meio rural e que antes não pareciam tão claras. A partir da graduação, foi possível aos entrevistados ter mais acesso à informação no que diz respeito a programas do governo para a agricultura, além de mudarem a forma de gestão, buscando controles e planejamentos mais bem elaborados.

Na entrevista, os produtores relataram de uma maneira geral, que a forma de aplicar o conhecimento adquirido na graduação aconteceu em um primeiro momento na reflexão sobre a noção de propriedade rural e de produtor rural. Como sendo proprietários de áreas menores, argumentaram ser importante manter os cultivos de boa parte daquilo que consomem (como legumes, hortaliças e animais). Mas, a partir desse raciocínio, os entrevistados afirmaram ter percebido a importância da organização da propriedade como provedora e deles próprios como responsáveis pelo que será provido e julgaram necessário ir de encontro à um aumento das receitas, para se ter acesso produtos que lhes dessem mais qualidade de vida. Isso, segundo os entrevistados, é possível a partir da aplicação de controles de despesas, controles de gastos, planejamento de atividades, implantação de novas tecnologias acessíveis, diversificação de atividades e gestão das pessoas do meio familiar, entre outros. Esse tipo de administração da propriedade fica muito atrelado à caracterização das chamadas empresas rurais, mas como se trata de grupo familiar, surgem algumas dificuldades quanto ao relacionamento.

Quando falam em novas tecnologias, os entrevistados principalmente se referiam às inovações em implementos agrícolas, tratamento (herbicidas, fungicidas, desinfetantes, inseticidas, etc.) e adubação dos produtos cultivados e animais criados. Houve a implantação de tratores, mecanização de atividades quando viável, novos métodos de manejo, cultivo e criação, entre outros aprimoramentos proporcionados pela evolução genética, científica e na área de engenharia. Os implementos agrícolas mais sofisticados proporcionam maior conforto, menor penosidade, maior eficiência, entre outros benefícios. O mesmo acontece com os

insumos, tratamentos e métodos mais requintados, o que torna o trabalho no campo menos deficiente.

Todos os entrevistados consideram suas propriedades exemplos aos outros produtores. Isso é um fato muito relevante, pois consegue demonstrar quão altos são seus níveis de satisfação. A melhor gestão da propriedade proporciona ao produtor uma maior qualidade de vida, visto que o proprietário possui um maior controle sobre a maioria dos fatores de produção. O aprimoramento da gestão, segundo os entrevistados é rapidamente visto e admirado por produtores rurais menos instruídos, sendo que muitos tornam pública essa admiração, inclusive indo até as propriedades dos entrevistados buscar aprimoramento de suas atividades em uma espécie de *catching up* entre produtores.

Os entrevistados, quando foram questionados sobre o futuro que veem para seus filhos no meio rural, responderam de forma unânime que o meio rural traz boas perspectivas para o futuro. Segundo eles, sendo a agricultura principal responsável pela produção de alimentos, um dos principais fatores que tornam o meio rural mantenedor de oportunidades para os jovens é a grande posição de destaque e necessidade que ocupa no cenário mundial, mais ainda quando se leva em conta o grande aumento populacional que o mundo vem sustentando. No que tange expectativas futuras, os entrevistados salientaram que a educação para crianças no meio rural é mais completa, pois proporciona um maior contato com a natureza. Deixaram claro que isso é um fator que levaram em conta para seu retorno ao meio rural.

Os entrevistados ressaltam que o surgimento de novas tecnologias também é algo que contribui para melhores perspectivas para o futuro do meio rural. Segundo os mesmos, com novas tecnologias, muito possivelmente os riscos da atividade agropecuária irão se reduzir com o tempo, além de novas tecnologias mobilizarem um forte aumento da produtividade, o que também possibilita ganhos de renda.

Quando questionados sobre sugestões para que o meio rural não sofra mais com o movimento de êxodo de jovens vivem no meio e promover o retorno dos que saíram, os entrevistados foram pontuais em ressaltar um imprescindível papel do governo. Segundo eles, o governo deve estabelecer um amplo contato com os jovens rurais, isso para melhor entender suas aspirações e necessidades. Também salientam que o governo deve investir em educação, qualificação de mão de obra e infraestrutura no meio rural, para que os jovens, a partir daí, possam ser mais eficientes na execução de suas atividades, podendo assim, obter mais renda. Outra abordagem que deve ser feita por órgãos governamentais é quanto à instabilidade do meio rural, que é muito vulnerável a fatores climáticos e biológicos. Em seu ponto de vista, o agricultor ainda vive com dificuldades de planejamento futuro devido a carência de subsídios

do governo no que tange frustrações de safras. E por último, ressaltaram a necessidade de uma melhoria nas condições e regramentos previdenciários dos agricultores.

No tocante à renda, é importante salientar que todos os entrevistados relataram satisfação com a renda que possuem atualmente. Os entrevistados também destacaram que boa parte da renda está sendo reinvestida na propriedade, fazendo isso principalmente com finalidade de aumentar produtividade e qualidade de vida.

É possível afirmar acerca do questionário utilizado na entrevista, que o mesmo conseguiu fornecer subsídios suficientes para a elaboração de uma análise bem argumentada sobre o tema abordado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que o trabalho não define conceitos ou conclui as discussões em torno do tema, até por se tratar de estudos de casos e estar limitado a eles. Porém vem a contribuir em um debate importante acerca do entendimento da situação que o meio rural está inserido.

Visualizamos, a partir de dados demográficos, que o meio rural vem sofrendo uma forte perda de jovens e, em contrapartida, identificamos um aumento da população urbana na mesma faixa etária. Segundo Abramovay et al. (2003), esse êxodo rural é uma realidade não recente, mas que vem sendo intensificada nos últimos anos.

A decisão de sair do meio rural, por parte do jovem, vem de diversos fatores, o que ficou muito evidente nas entrevistas, sendo que renda, o acesso a tecnologias, educação, oportunidades de trabalhos mais estáveis, lazer, são fatores diretamente relacionados à saída do jovem do meio rural. Segundo Stoffel (2013), é de suma importância entender que crianças, jovens, homens, mulheres e idosos possuem cada um em seu grupo suas expectativas e aspirações, assim como particularidades comportamentais, sendo que isso torna necessário a análise de cada uma dentro das suas especificidades quando se busca ter maior assertividade. Essas diferenças fazem com que cada indivíduo elabore para si um conceito sobre as melhores condições de vida e sua decisão sobre permanência ou não no meio rural.

O que também ficou explicitamente comprovado nos casos estudados é que o fator qualificação influencia diretamente nos resultados da propriedade. A efetiva aplicação dos conhecimentos adquiridos no meio acadêmico fomentou uma grande mudança na forma de gestão das propriedades estudadas. Os produtores, a partir de planilhas ou outros métodos de controles (como anotações específicas em cada propriedade), iniciaram um ativo

monitoramento das atividades desenvolvidas na propriedade. Esse controle permitiu aos produtores reduções de custos, controle de investimentos, organização, dinamização das atividades, entre outros, os quais, juntos evocaram um aumento de renda e conseqüentemente ganhos de qualidade de vida.

É possível identificar que os produtores entrevistados estão satisfeitos com a sua decisão de ter retornado ao meio rural, sendo que esta decisão atendeu (e em alguns casos superou) suas expectativas. Porém é necessário se fazer alguns apontamentos importantes a partir dos resultados obtidos, principalmente no que tange aos fatores que lhe geram tal satisfação. Dessa forma, respondendo à questão que motivou o trabalho, que era discutir sob quais condições jovens qualificados em nível superior poderiam permanecer ou retornar às atividades rurais mantendo padrões de vida que atendessem as suas expectativas.

Conforme a pesquisa, os produtores acreditam que a insegurança existente no meio rural poderia ser amenizada por meio de iniciativas do Estado. Isso demonstra uma certa visão do Estado como sendo responsável macro das condições da população rural. Tal posicionamento reflete particularidades da cultura cívica brasileira, de que a população mesmo tendo consciência das suas responsabilidades como condutores de seus negócios, acabam delegando ao poder público a tarefa de trazer mais estabilidade social.

Com este trabalho foi possível concluir que a efetiva aplicação dos conhecimentos adquiridos com uma graduação em nível superior, indiferente da área de formação, proporcionou aos produtores rurais uma motivação a sua permanência no meio rural, atendendo a maioria de suas expectativas. Nos casos estudados, foi possível identificar que o produtor com graduação consegue tornar a propriedade rural mais profissionalizada, chegando a partir daí a um nível de atividades econômicas acima da média, mesmo possuindo uma pequena área dedicada à produção.

A graduação, em conjunto com outras experiências profissionais na área rural, permitiu aos produtores entrevistados vislumbrar oportunidades e possibilidades neste meio, que antes não eram diagnosticadas. Segundo a concepção de Schneider (2006), a sociedade não tem conseguido visualizar o potencial de geração de renda que há no meio rural. Num mundo globalizado não é possível o espaço rural viver isolado do espaço urbano. Esse potencial somente pode ser aproveitado a partir de uma eficiente interação entre agricultores, sociedade e governo, com cada agente utilizando seus recursos da melhor maneira possível.

A percepção das oportunidades no meio rural, concebida pela qualificação, fez com que os entrevistados suplantassem suas expectativas, pulverizando-as também para o futuro de seus filhos. Essa visão cheia de perspectivas é vital para a manutenção da agricultura, principalmente

em regime familiar. Também é possível, a partir dos exemplos bem-sucedidos encontrados na pesquisa, motivar o retorno de pessoas ao meio rural, fazendo com que esse meio consiga manter empreendedores rurais e com isso proporcionar o aumento da qualidade de vida para quem nele reside.

8 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. “De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar” (in Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA)- Anais, Petrolina - Programa Sistemas de Produção na Agricultura, 1997.

_____, Ricardo. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

_____, Ricardo; MELLO, M. A.; SILVESTRO, M. L.; RODRIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. XLI congresso da SOBER, Juiz de Fora – MG: 2003

CARNEIRO, Mário Jorge Dias. O ideal rurbano: campo-cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C.; SANTOS, F.; COSTA L.F.C. (Orgs.). Mundo rural e política. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998.

CARNEIRO, M.J e CASTRO, E.G.C. Juventude Rural em Perspectiva. Manual X. Rio de Janeiro: 2007;

DIRVEN, M. La contribución de lo rural al desarrollo y el potencial de la juventud. In: Foro eletrônico IICA. “Consulta interamericana sobre juventudes rurales: jóvenes en la nueva ruralidad”: 2000;.

GASSON, Ruth e ERRINGTON, Andrew. The farm family business. EUA- Wallingford, Cab International, 1993.

GEHLEN,IVALDO. Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável. Universidad de La República. Montevidéo: 2006. P265 – 283;

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

_____. Censo 2010. Consulta dos dados no endereço eletrônico www.ibge.com.br. Acesso em janeiro de 2016.

LAMARCHE, Hugues. (coord.) L'agriculture familiale. Une réalité polymorphe. Paris, L'Harmattan, 1993.

MELLO, M. A.; SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; RODRIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Educação formal e os desafios para a formação de novos agricultores. In: XLI Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora – MG, 2003;

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In Cadernos de Sociologia. PPGS-UFRGS. Porto Alegre: PPGS-UFRGS: 1994, p. 51-75;

SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 5. Ed. Re. Atual. Ampl. SP- Niterói: Impetus, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura Familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, Vivien (org.). Desenvolvimento Rural – Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006;

SEN, Amartya K. Desenvolvimento como liberdade. Companhia das Letras São Paulo - SP: 2000.

SILVA, José Graziano da. A industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira. Desep-CUT. São Paulo – SP:1993.

SILVA, Mary Aparecida Ferreira da. Métodos e técnicas de pesquisa. 2. Ed. rev. Atual. PR-Curitiba: Ibpx, 2005.

STOFFEL, Janete. A influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural na região sul do Brasil. UNISC. Santa Cruz do Sul – RS: 2013;

STROPASSOLAS, Valmir Luiz. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis-SC: Ed da UFSC, 2006.

VEIGA, José Eli. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. Edusp; Hucitec. São Paulo: 1991;

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro: XX Encontro Anual da ANPOCS.MG - Caxambu: Anpocs, 1996;

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura Brasília: 2000: ps. 87-145.